

# **A capela do *Palacio Archiepiscopal* de Braga: entre a eloquência setecentista e o *abandono* republicano**

Maria Manuel Oliveira, João Pereira Silva

*Lab2PT, Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho*

**Palavras Chave:** Paço Arquiepiscopal, capela palatina, arquitectura, representação, espacialização.

**Linha temática do congresso:** 2. O palácio numa leitura arquitetónica e artística

Quando D. José de Bragança, o palaciano arcebispo bracarense (1741-1756), mandou renovar parte do complexo arquitectónico que desde o século XIV albergava os seus antecessores, inaugurou uma nova frente urbana de representação do arcebispado, que a partir de Quinhentos se tinha vindo a afirmar, particularmente, em correlação com a Sé Catedral. Com este gesto, o *Palacio Archiepiscopal* explicitava o seu ascendente sobre o território civil, afinal também por ele governado.

Obra maior na cidade, desenhada por André Soares e finalizada em 1751, deu início à sistematização espacial do Campo de Touros, a praça onde se viria a construir, quase em simultâneo e igualmente sob risco do mesmo arquitecto, o edifício dos Paços do Concelho.

Esta retórica operação incluiu a reedificação da capela palatina erigida por D. Rodrigo de Moura Telles no primeiro quartel do mesmo século, com o intuito de lhe conferir “maior grandeza, e architectura mais elegante”, uma vez que o novo arcebispo não lhe encontrava “a grandeza necessaria para as funções” (D. José de Bragança, *Relatório da Visita ‘ad limina’*, 1749-1754).

Fazendo jus à circunstância de interioridade do templo, a atribuição de “grandeza” não se expressou, naturalmente, no desenho do alçado principal do edifício. E embora a capela-mor se encontrasse adossada a essa fachada, a composição tardobarroca desta última sobrepôs-se-lhe, mantendo, imperturbável, o seu ritmo e a sua palaciana expressão sobre a praça urbana que, assim, subordinava e nobilitava.

No intento, porém, de cumprir o seu total desígnio - buscando reconhecimento e afirmando poder sobre a cidade que simultaneamente protegia, âmbito onde a dimensão simbólica participa de forma inelutável -, a “capella” necessitava de ultrapassar essa situação de não legibilidade urbana. E conseguiu-o, em particular, através da construção de um zimbório octogonal de grandes dimensões – aparentemente muito exagerado para a dimensão do espaço que servia -, cujo volume não só era visível a partir da envolvente mais imediata, como se recortava em toda a sua singularidade no *skyline* da cidade, já então marcado por uma enorme profusão de igrejas e torres sineiras.

O resultado, uma “capella que he hua das mais famosas” - conforme o poderoso desembargador do Paço, Inácio José Peixoto, nas suas *Memórias Particulares* (c.1790) a ela se referia -, benzida a 16 de agosto de 1751, traduzia a ambição que lhe estava implícita. As poucas imagens em que a podemos identificar assim o demonstram.

Em progressivo declínio e abandono ao longo de Oitocentos, depois de em 1834 o Palácio ter sido retirado ao arcebispado e em 1866 grande parte dele ter sofrido violento incêndio, desta *capella* - demolida em 1921, aparentemente por estar em risco de ruína - chegou muito pouca informação, escrita ou desenhada.

E conquanto estudos recentes sobre o Paço Arquiepiscopal mandado edificar por D. José tenham fixado a ala em que o templo se localizava, não se conhecem exactamente os seus limites e organização espacial. Também por desconhecimento, nesta circunstância quase total, de referências àquela que seria a capela de D. Rodrigo Moura Telles, se ignora em que medida essa pré-existência terá determinado a solução encontrada por André Soares e influenciado o projecto do próprio edifício.

A comunicação aqui proposta procura iluminar alguns destes aspectos. Com recurso a uma metodologia própria à disciplina da arquitectura cruza, através de sínteses produzidas pelo desenho, informação textual historiográfica e documentos iconográficos (como, nomeadamente, plantas de diferentes épocas da cidade de Braga e de capelas contemporâneas, gravuras e fotografias dos séculos XIX e XX). Ajustando escalas e comparando cronologias, sobrepondo leituras e informação em registo de palimpsesto, extrapola interpretações pertinentes na sua articulação com a cultura arquitectónica coeva.

Incidindo embora especificamente sobre a capela do *Palacio* de D. José de Bragança, esta sistematização resulta de uma investigação mais alargada, em curso, que pretende contribuir para a compreensão da secular e complexa trajectória do edifício dos Paços Arquiepiscopais de Braga e do seu contributo urbano para a cidade.

### **Curriculum académico**

Maria Manuel Oliveira, arquitecta pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto (1985), é Professora Associada na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, onde lecciona desde 1997 e desenvolve prática arquitectónica no âmbito do seu Centro de Estudos (2009-). Membro Integrado do LAB2PT, os seus interesses de investigação centram-se nas áreas da Arquitectura Moderna produzida em territórios lusófonos e da intervenção em edifícios com valor patrimonial.

João Pereira Silva, Mestre em Arquitectura pela Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (2012), é bolseiro de investigação pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Integra, a partir de 2014, o Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.